



MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE: uma relação possível no sistema capitalista?

ENVIRONMENT AND SOCIETY: a possible relationship in the capitalist system?

Maria Lúcia da Cunha Val de Carvalho

Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

Conceição de Maria Sousa Batista Costa

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

O artigo intitulado “Meio Ambiente e Sociedade: uma relação possível no sistema capitalista? tem como objetivo explicitar, através da discussão de renomados autores, a relação existente entre meio ambiente e o sistema capitalista de produção, destacando suas consequências e desdobramentos. Para a construção desse artigo, utilizou-se o referencial teórico de autores como Silva (2010) e Leff (2001) dentre outros, trazendo suas reflexões e comparando-as quando possível. Assim, buscou-se nesse texto, através da compreensão de que o mundo se encontra imerso em uma crise ambiental, desencadeada pelo sistema de produção capitalista, entender de que forma isso tem influenciado a vida em sociedade, em especial a população menos favorecida, explicitando os danos sofridos pelo meio ambiente e pela população em decorrência da sede perdulária por lucro inerente ao sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente. Sociedade. Capitalismo.

ABSTRACT

The article entitled "Environment and Society: a possible relationship in the capitalist system? has the purpose of explaining, through the discussion of renowned authors, the relationship between the environment and the capitalist system of production, highlighting its consequences and consequences. For the construction of this article, we used the theoretical reference of authors like Silva (2010) and Leff (2001) among others, bringing their reflections and comparing them when possible. Thus, we sought in this text, through the understanding that the world is immersed in an environmental crisis, triggered by the capitalist production system, to understand how this has influenced the life in society, especially the less favored population, explaining the damages suffered by the environment and the population due to the wasteful thirst for profit inherent to the capitalist system.

KEYWORDS: Environment. Society. Capitalism.

1 INTRODUÇÃO



O texto apresentado constitui parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Meio Ambiente e Sustentabilidade: a educação ambiental como um campo de transformação social frente ao agravamento da crise ambiental” defendido na Faculdade Santo Agostinho, Teresina – PI, no segundo semestre do ano de 2017, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

O referido artigo está estruturado em 3 (três) partes. A primeira parte trata sobre a trajetória histórica existente na relação entre meio ambiente e sociedade, a segunda refere-se à forma como o sistema capitalista de produção interfere no meio ambiente e qual o papel da educação ambiental nesse contexto, e, por último, apresenta-se as considerações finais, trazendo as percepções e propostas de discussão.

Segundo Silva (2015) atualmente, tem sido crescente a preocupação da sociedade em preservar a natureza e seus bens naturais, acrescentando-se também à essa preocupação, o despertar da consciência sobre a finitude destes recursos, e isto ocorre, na visão de Camargo (2012), pois agora, como nunca visto antes, os resultados da atividade econômica são tão imensuráveis, que produzem danos ambientais em escala global, produzindo mudanças extensivas, que afetam e ameaçam a vida no planeta.

Dessa forma, buscar-se-á compreender de que forma historicamente a sociedade tem se relacionado com o meio natural em que habita, e como tem transformado este, em prol da satisfação de suas necessidades advindas do sistema capitalista de produção, pondo em questão a possibilidade de existência da sustentabilidade no contexto capitalista.

2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA RELAÇÃO MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Mariano; Scopel; Peixinho (2011) destacam que na fase primitiva do homem, este tinha com natureza uma relação de total dependência, pois era através desta que adquiria seu alimento e fonte de sobrevivência, assim, destacando os avanços tecnológicos desenvolvidos até os dias atuais, destaca que, apesar disso, o homem ainda não conseguiu romper com esta relação de dependência, visto que esta, ainda é a fonte que fornece a matéria prima para a satisfação de suas necessidades.

Dessa forma, Ribeiro; Souto; Rodrigues (2015) acreditam que na fase de dominação e acumulação do sistema capitalista de produção, o objetivo primordial é o estabelecimento de novas formas de exploração e dominação sobre o trabalho, constituindo assim mudanças nos âmbitos social, econômico, cultural e político, o que, conseqüentemente gera alterações nas

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



populações humanas e em suas relações como meio ambiente, de forma à fortalecer a lógica de dominação sobre a natureza, dando margem assim ao surgimento de uma sociedade produtora e consumidora de mercadorias.

Camargo (2012), partilhando do mesmo pensamento de Mariano; Scopel; Peixinho (2011) acredita que todos os seres humanos, embora possuam certa autonomia existencial por serem parte do conjunto dos seres vivos, não possuem autonomia no que se refere a natureza, pois necessitam desta para que sua vida em sociedade seja garantida, a respeito disso, Irigalba (2011) destaca que o meio ecológico é pertencente ao social e não é justo tentar separá-los, assim afirma a autora:

Muitas pessoas consideram uma indiscutível evidência a proposta de integrar o “social” e o “ecológico”. Ainda se estuda e se refere por um lado ao “ecológico”, à natureza, ao meio ambiente etc., e, por outro ao “social”, à cultura, às representações sociais, aos valores, às crenças etc. Não é justa porque separa divide, analisa e, sobretudo, exclui (IRIGALBA, 2011, p.11).

Dessa forma, frente a afirmação dessa indissociabilidade, torna-se indispensável, segundo Silva (2010), buscar a compreensão da relação histórica existente entre homem e meio ambiente, para que se compreendam as configurações da Questão Ambiental na atualidade.

Camargo (2012) afirma que nenhuma civilização teve, a nível mundial, o poder de destruição em curto prazo que a sociedade atual tem, dessa maneira, o autor destaca que a ação humana sobre a natureza tem tido uma qualidade única, a destruição para a satisfação das necessidades advindas do desenvolvimento tecnológico. Qualidade esta, que tem imprimido em si, um enorme potencial desequilibrador e destruidor.

A autora ainda afirma que as atividades humanas estão, constantemente, influenciando de forma negativa o Meio Ambiente, mas também, por ele influenciados, visto que os homens ao serem parte constituinte deste, será afetado por suas mudanças. Assim, destaca também que, apesar de ser detentor de grande inteligência, o homem não a utiliza ao seu favor nem do meio ambiente.

Para Leff (2001) os problemas ambientais acentuados surgem nas últimas décadas como um sinal explícito da crise ambiental, acentuado pelo processo de modernização da sociedade. Dessa forma, o autor acredita que a fatalidade da modernidade seja exatamente negar as reais causas da crise socioambiental, de forma que, dominada pela obsessão do crescimento e desenvolvimento, ultrapassa os limites que a natureza impõe ao próprio desenvolvimento.

O autor acredita que a ação do homem sobre a natureza em detrimento dos avanços tecnológicos apresenta-se como forma de degradação ambiental e sintoma claro de uma crise

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



civilizatória, gerada pelo crescimento econômico e pela obsessão do homem em extrair e transformar a natureza.

Camargo (2012) ainda destaca que, para que se compreenda melhor os problemas referentes à mudança global, requer que se considere a terra como um sistema interativo, composto por diversos elementos que se interligam entre si. A autora reafirma ainda em sua análise, a necessidade de se fundamentar uma relação ética entre o meio ambiente e o homem em que nele habita, assim afirma:

Apesar dos laços fundamentais que interligam o homem à natureza e do crescente conhecimento que os seres humanos vêm adquirindo acerca dessas interações, a ideia que ainda predomina e orienta a ação humana é a de que devemos dominar a natureza e que podemos exercer sobre ela um poder ilimitado. (CAMARGO, 2012, p. 25).

Frente a esta análise, Drew (1989) acredita que em decorrência dessa ideia amplamente difundida de dominação do homem sobre a natureza, seja esse homem, o ser mais poderoso negativamente no que se refere às alterações nas condições naturais da terra. No entanto, Loureiro (2006, p.74) afirma que não se deve individualizar as causas da crise ambiental, mas, entender que esta crise não é resultante apenas da apropriação indevida da natureza ou do instinto perverso da humanidade, mas “de um conjunto de variáveis interconexas, derivadas das categorias: capitalismo/modernidade/industrialismo/urbanização/tecnocracia” que tornam o homem um ser proletário destes.

Nesse contexto, Rodrigues (2009) destaca que o modelo capitalista de produção, embora signifique um grande avanço econômico a partir da produção de bens, também significa uma forte expressão do aprofundamento do desequilíbrio ambiental, gerando cada vez mais, grandes riscos ao meio ambiente e desigualdades socioeconômicas alarmantes.

As mudanças no modo de vida da humanidade deram espaço para o surgimento da crise ambiental, e esta, como fala Camargo (2012) é uma crise muito complexa e apresenta-se apenas em uma de suas faces, sendo uma expressão viva da crise da sociedade humana, tornando inviável nesse contexto, a construção de um futuro sustentável.

Assim, utilizando-se da abordagem de Silva (2010) compreendendo que o mundo se globalizou e com isso vieram as alterações na forma de vida, percebe-se que os altos níveis de desenvolvimento tecnológico propiciaram a larga destruição da natureza e fizeram do homem, um ser proletário desse processo, onde este altera e destrói o meio ambiente em que vive, em prol da satisfação das necessidades impostas pelo sistema de produção capitalista.



3 MEIO AMBIENTE, O SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Lima (2010) acredita que com a evolução acelerada do modo de produção capitalista, ocorreram sérias mudanças no contexto global. Destacando a passagem de uma organização social baseada na produção artesanal, agrícola e feudal para uma sociedade onde a economia é marcada pela fabricação de produtos e pelo uso de poderoso da tecnologia em busca de altos níveis de produção e de crescentes lucros.

O autor destaca que, com a Revolução Industrial houve a substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela motriz, e assim, a industrialização deu início à uma nova era, marcada pela produção de bens, competitividade entre mercados e estímulo ao consumo exacerbado, o que diretamente alterou as relações do homem com o meio ambiente.

Da mesma forma, Quintana; Hacon (2011) acreditam que a crise ambiental ora vivenciada com o surgimento da questão ambiental, decorre unicamente do sistema capitalista, que tem provocado danos ambientais crescentes. Os autores ainda destacam que, por ser o sistema capitalista o causador da crise, esta atinge os diversos grupos sociais de formas distintas, refletindo assim a contradição viva inerente do sistema capitalista.

Frente às catástrofes ambientais vivenciadas na atualidade e desgaste dos recursos naturais, Bombassaro; Neves; Caron (2012) acreditam que é chegado o momento em que a humanidade necessita, com urgência, emitir respostas e soluções para o grande paradigma que lhes é posto: desenvolver novas tecnologias e sistemas, preservando o meio ambiente.

Os autores acreditam que esse paradigma se constitui como um grande desafio, visto que, na história da humanidade, crescimento econômico e preservação ambiental sempre foram vistos como termos antagônicos. A busca sem limites por crescimento e produção inerentes ao sistema capitalista, estimulando os níveis crescentes de consumo as pessoas, impõem um forte desgaste sobre os recursos naturais. E este desgaste é totalmente incompatível com a capacidade que a natureza tem de regenerar-se.

O agravamento das condições de vida e da crise ambiental na terra, acreditam Bombassaro; Neves; Caron (2012) que ocorreram como consequência dos hábitos consumistas dos homens, hábitos estes que foram totalmente estimulados pela evolução do sistema capitalista de produção.

Silva; Araújo; Santos (2012) também acreditam que os hábitos consumistas impõem muitas pressões sobre os recursos naturais do planeta, no entanto, não culpabilizam o homem

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



enquanto consumidor por tais feitos. As autoras entendem que nesse processo de consumo, o consumidor é vítima tanto quanto os recursos naturais, visto que é tratado de forma desigual desde a distribuição dos bens ao acesso à informações sobre o que e de que forma consumir.

Lima (2010) acrescenta que, com o advento da globalização intensificou o comércio e o consumismo, estes, por sua vez, intensificaram a degradação dos recursos naturais, o que fez despertar na sociedade, a preocupação com os limites que o progresso econômico pode impor à natureza e a vida em sociedade. Assim, o autor destaca que com os impactos dos novos estilos de vida e consumo impostos pelo sistema capitalista, puseram em questão sua própria racionalidade.

Assim, Silva; Araújo; Santos (2012) mencionam que não existem dúvidas quanto aos níveis de dilapidação ambiental provocados pelo consumismo. Destacam que além do consumismo, os descartes também são considerados um agravante da questão ambiental. Assim, Barreira (2004, p.119) acrescenta que “a descartabilidade provoca um volume global do aumento do lixo não orgânico em torno de 40% em todo o mundo e de até 60% nos países mais adiantados”, provocando efeitos irreversíveis.

Silva; Araújo; Santos (2012) acreditam que a partir da intensificação do consumo, da descartabilidade e dos valores que sustentam sua lógica, igualmente intensifica-se a dilapidação ambiental e agrava-se a questão ambiental. As autoras destacam que nesse contexto de consumo desmedido, o aumento de descarte de objetos, através da obsolescência programada, agrava consideravelmente a destruição ambiental.

Enfatizam as autoras que algumas problemáticas, com maior destaque, impactam diretamente a vida no planeta, sendo estas “o aumento exponencial do lixo, a contaminação e redução das fontes de água potável, o aquecimento global, o desmatamento, a descartabilidade e a redução da biodiversidade” (SILVA; ARAÚJO; SANTOS, 2012, p. 100). As autoras entendem que esses problemas são cada vez mais evidentes e se agravam à medida que se intensifica o consumo, que por sua vez, afeta a vida em sociedade, especialmente os segmentos mais pauperizados, colocando em risco a vida das gerações presentes e vindouras e até mesmo a própria reprodução do sistema capitalista.

Silva; Araújo; Santos (2012), assim como Leff (2001), acreditam que a expansão do consumismo é marca expressiva da época globalizada e caracterizada como um fenômeno exponencial da atualidade, podendo provocar inquietações diversas, se for levado em consideração os impactos crescentes que este tem provocado ao meio ambiente e a sociedade de uma forma geral.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



As autoras acreditam que além de provocar efeitos desastrosos sobre o meio ambiente, o consumismo constitui-se como um efeito perverso, pois atinge de forma profundamente desigual às distintas classes sociais, fazendo os mais pobres assumirem os maiores custos, e ainda culpabiliza o segmento populacional menos favorecido por toda degradação ambiental, alegando que este consome sem preocupação com o meio ambiente, desconsiderando o fato de que este reproduz apenas a lógica capitalista. Assim, justificam as autoras:

Porque, apesar de ser a fração da população mundial que menos consome, está exposta, de modo mais intensivo, às consequências socioambientais oriundas de condições inadequadas de vida, como é o caso das moradias em áreas de risco e da destinação indevida do lixo (SILVA; ARAUJO; SANTOS, 2012, p. 17).

Destacam ainda que as estratégias de desenvolvimento do capitalismo não consideram a saúde dos ecossistemas, de forma que impactam tanto a vida na cidade quanto nos campos, sem nenhum cuidado com o futuro. Assim entendem que de forma mais cruel, esse desenvolvimento afeta a população mais pobre, fazendo-a sentir os prejuízos dos altos níveis de dilapidação ambiental, bem como evidenciando mediações de classes no que diz respeito o usufruto dos recursos naturais.

Mencionam também que o debate em torno do combate ao desperdício e preservação dos recursos naturais encontra-se centrado unicamente na questão do consumo, desconsiderando que a mudança que se necessita é uma mudança de cultura, pois, o consumo, como já tratado aqui, é uma ferramenta de manutenção da ordem capitalista, que não tem interesse algum em cuidar do meio ambiente (SILVA; ARAUJO; SANTOS, 2012).

Em se tratando do discurso dominante, o sistema capitalista segundo Leff (2010) dissemina a ideologia de que a solução da Questão Ambiental seja apenas para modificar a ação individual de cada homem sobre a natureza. Desconsiderando assim que esta questão envolve problemas políticos e principalmente interesses do grande sistema de produção capitalista, em que o homem, nesse processo, é vítima, assim como a natureza.

Nesse sentido, Dupas (2003, p.49) aponta como o maior desafio para essa sociedade pós moderna consumista, que coisifica o homem e a natureza em seu desejo incessante pelo lucro, “redescobrir uma macroética válida para a humanidade em seu conjunto, um novo princípio de responsabilidade voltado ao compromisso essencial de preservação da natureza e garantia de condições mínimas para que as gerações segundas tenham sua oportunidade”, para isso, o autor menciona ainda que seja necessário também pensar na integração do homem com a natureza, e repensar a relação entre crescimento econômico e utilização do meio ambiente.

Assim, Macêdo (2009, p.5) acredita que “as problemáticas resultantes dos conflitos relacionados à gestão e à apropriação desigual dos bens ambientais se configuram como

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



expressões da questão social”, assim necessita-se de uma atuação no sentido de desvendar os problemas sociais e econômicos existentes nessa questão, para que, conforme destaca Nunes (2013) não se caia no engano de culpabilizar os sujeitos individualmente, os fazendo acreditar que a crise ambiental resulta unicamente de seus maus comportamentos.

Santos (2016) acredita que o meio ambiente é um campo fundamental para a compreensão das desigualdades sociais existentes, embora alguns pensadores insistam em separá-los. Destaca ainda que discutir o meio ambiente implica em envolver também o sistema capitalista, visto que através de sua incessante exploração na busca dos lucros concretizam problemas de ordem social e ambiental.

Frente o contexto de crise ambiental e agravamento das expressões da questão social, Macêdo (2009) acredita que seja necessário que se busque a construção de alternativas que possibilitem a convivência sadia entre a sociedade e o meio ambiente, e destaca ainda a importância das políticas ambientais para que de fato se construa uma realidade sustentável, sem tendências falaciosas disseminadas pelo sistema de produção capitalista.

Lima (2010) acredita que a sociedade globalizada, imersa em tecnologias, para alcançar o tão sonhado progresso econômico tem destruído a natureza, tornando-a uma mercadoria nas mãos do grande capital. Nesse contexto, destaca o autor, que o consumidor tem um importante papel, o de interferir na mudança de comportamento das empresas, impondo-se frente essa lógica de destruição e ajudando a construir uma sociedade mais justa e sustentável.

Do contrário, Silva; Araújo; Santos (2012) acreditam que o consumidor seja um indivíduo frágil, e não o responsável pelas mudanças necessárias, visto que este, por sua vez, é submetido historicamente a relações desiguais, desde o acesso as informações e à orientação sobre como defender-se das práticas abusivas impostas pelas empresas e pelo mercado.

Lima (2010) ainda acrescenta que, sobretudo, as pessoas enquanto consumidoras devem orientar-se e agirem com responsabilidade e preocupação, tendo a percepção que suas ações interferem diretamente na sociedade como um todo, e seus reflexos rebatem no meio ambiente.

Silva; Araújo; Santos (2012) mencionam que a lógica capitalista estimula a produção de um novo padrão de consumo, investindo na inversão comportamental, disfarçando as razões da obsolescência programada e sua capacidade de indução ao consumo, e, além de tudo, culpabilizando o consumidor.

As autoras destacam que nesse contexto, atribuir ao consumidor pela destruição dos recursos naturais, em decorrência de seus hábitos individuais, não deveria acontecer, visto que não é o consumidor quem decide o que circula no mercado nem de que forma será produzido. Nesse sentido, o mercado e a mídia insistem em propagar que a mudança que se busca, para

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



uma realidade sustentável, seja de responsabilidade do consumidor, alterando seus comportamentos e disfarçando a tendência perdulária do sistema.

Não se trata aqui de dizer que o consumidor não deva ter consciência crítica acerca daquilo que está consumindo, ao contrário, a consciência deve existir, tanto no que se refere as reais necessidades de consumo quanto a origem e impactos que os produtos em questão podem gerar ao meio ambiente (SILVA; ARAUJO; SANTOS, 2012). Para as autoras, o consumidor não tem o poder de escolha sobre o que afetará ou não a natureza e de que forma isso acontecerá, entende-se que mesmo que este tenha a consciência crítica, é o mercado quem decidirá o que será comercializado, sem que o indivíduo tenha a possibilidade de liberdade em suas escolhas.

Entende-se, segundo Silva; Araújo; Santos (2012) que são necessárias mudanças culturais estruturais, no entanto, sabe-se que estas mudanças não darão contas sozinhas de inverter a realidade de crise ambiental atualmente vivenciada, pois, sobretudo, a alienação do tempo atual, é inigualável a qualquer outro e tem como a maior de suas expressões, o consumismo. Assim, as autoras entendem que para que se promova a mudança na realidade insustentável, seja imprescindível promover a quebra do “edifício” do capital e de sua lógica produtivista baseada no consumo.

O sistema de produção vigente, conforme destaca Brow (2003) é uma economia distorcida, que caminha em direção oposta à preservação ambiental, e é completamente fora de sincronia com os ecossistemas da Terra. Assim, para que nesse contexto de ausência de preservação dos meios naturais, ocorra uma mudança de paradigma, é necessário, como destacam Bombassaro; Neves; Caron (2012) que além de uma mudança no estilo de vida das pessoas com relação a natureza, aconteça também uma mudança de valores, principalmente no que diz respeito ao modelo de consumo.

4 CONCLUSÃO

Percebendo que a racionalidade da sociedade moderna, coisifica e fragmenta as relações sociais, de modo a tornar a natureza um produto de exploração com vistas ao desenvolvimento econômico, faz-se necessário segundo Leff (2001) a constituição de um saber ambiental que reintegre os valores existentes entre o homem e a natureza e os faça entender que necessitam primordialmente do meio ambiente para a sua existência.

Assim, compreendendo que a preservação dos recursos naturais depende primordialmente da construção de uma consciência ecológica, Lima (2010) destaca que isso se

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



fará possível através de uma educação ambiental. Educação esta que seja comprometida com a cidadania e com os valores emancipatórios, e que, sobretudo, estimule a participação social na tomada de decisões.

Sabe-se que os hábitos consumistas e destrutivos do indivíduo sobre o meio ambiente decorrem da sede perdulária do sistema capitalista em obter lucro e em produzir incessantemente, nesse contexto, o ser passa a consumir demasiadamente contra sua própria vontade, estimulado pelos jogos do mercado e sendo persuadido por este, assim, destrói o próprio ambiente que lhe garante a vida.

Dessa forma, compreendendo o impacto do sistema capitalista na vida em sociedade, acredita-se que para que se alcance uma sociedade sustentável, seja preciso questionar as bases desse sistema, através de uma educação ambiental crítica e propositiva que proporcione a esses indivíduos a superação dessa realidade alienadora, podendo ser atores de sua própria história na tomada de decisões, e não apenas súditos desse sistema predatório.

Dessa forma, a partir das reflexões dos autores, acredita-se que a transição para uma sociedade sustentável não acontecerá apenas pela necessidade da sociedade, mais que isso, precisa haver mudanças de cunho político, impulsionadas por uma gestão democrática que busque mobilizar as reformas do Estado e fortalecer as organizações da sociedade civil.

Busca-se nessa sociedade sustentável o descobrimento de uma macroética, onde os novos ideais impulsionados por uma nova cultura possibilitem o despertar crítico dos indivíduos, para que estes se percebam enquanto parte de toda a sociedade, e compreendam, que esta sociedade está imersa na questão socioambiental.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Francisco. **O impasse ecológico e o terrorismo do capital**. Rio de Janeiro: Litteris, 2004.

BOMBASSARO, Roberto Tadeu. NEVES, Lafaiete Santos. CARON, Antoninho. Desenvolvimento do capitalismo e crise ambiental: Governança para o planeta terra. **Revista Orbis Latina**, vol.2, nº1, jan-dez de 2012. ISSN 2237-6976.

BROWN, Lester Russel. **Eco-Economia: Construindo uma Economia para a Terra**. Ed. UMA. Salvador: 2003.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 6 ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 2 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

IRIGALBA, Ana Carmen. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. **Serviço Social e meio ambiente**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Ana Karmen Fontenele Guimaraes. **Consumo e sustentabilidade: em busca de novos paradigmas numa sociedade pós industrial**. Anais do XIX Encontro Nacional – CONPEDI. Fortaleza – CE. Junho de 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MACÊDO, Maria Katarina da Silva. **Serviço Social e questão ambiental: uma análise da crise ambiental e seus desdobramentos na sociedade e no meio profissional**. IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2009.

MARIANO, Zilda Fátima; SCOPEL, Iraci; PEIXINHO, Dimas Moraes. **A relação homem natureza e os discursos ambientais**. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, vol.22 p.158-170, 2011.

NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196 - 212, jan./jun. 2013.

QUINTANA, Ana Carolina Quintana. HACON, Vanessa. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26**, p.427 – 444, 2011.

RIBEIRO, Aluísio Sales; SOUTO, Ana Carla Gonçalo; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. O desafio da conservação ambiental no modo de produção capitalista. *In: GEHLEN, Vitória Régia Fernandes; CHAVES, Helena Lúcia Augusto; BARBOSA, Marx Prestes. (Org.). Territórios em risco*. Recife: EDUFPE, 2015. p. 133-149.

RODRIGUES, Fábio. **Homem, trabalho e meio ambiente: desenvolvimento e Sustentabilidade**. 2009. Dissertação do Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Caxias do Sul Caxias do Sul.

SANTOS, Fábio Fraga dos. Ecologia e Serviço Social: a questão ambiental como uma questão social. **Revista Científica Vozes dos Vales**. UFVJM – MG – Brasil – nº 10 – Ano V/2016 ISSN: 2238-6424. Disponível em: <www.ufvjm.edu.br/vozes>. Acesso em 12 de out. de 2017.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria das Graças e; ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. “Consumo consciente”: o ecocapitalismo como Ideologia. **Katálysis**. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 95-111, jan./jun. 2012.

SILVA, Maria José Andrade da. **As políticas ambientais no Brasil**: tendências e desafios. Anais do XI ENANPEGE. ISSN 2175 8875. 2015.